



CAFÉ COM O CONTABILISTA

24 de junho de 2020

Gastos eleitorais e prestação de contas

DOMINGOS RODRIGUES ZATI

CHEFE DA SEÇÃO DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS
SACOE/CEP/SGI/TRE-MG





material elaborado a partir da

Resolução TSE nº 23.607/2019





PRIMEIRA PARTE

GASTOS ELEITORAIS



GASTOS ELEITORAIS

(art. 35)

- ✓ *confecção de material impresso de qualquer natureza, observado o tamanho previsto na legislação;*
- ✓ *propaganda e publicidade direta ou indireta, por qualquer meio de divulgação;*
- ✓ *aluguel de locais para a promoção de atos de campanha eleitoral;*
- ✓ *despesas com transporte ou deslocamento de candidato e de pessoal a serviço das candidaturas;*
- ✓ *correspondências e despesas postais;*



GASTOS ELEITORAIS

(art. 35)

- ✓ *despesas de instalação, organização e funcionamento de comitês de campanha e serviços necessários às eleições;*
- ✓ *remuneração ou gratificação de qualquer espécie paga a quem preste serviço a candidatos e a partidos políticos;*
- ✓ *montagem e operação de carros de som, de propaganda e de assemelhados;*
- ✓ *realização de comícios ou eventos destinados à promoção de candidatura;*
- ✓ *produção programas de rádio, televisão ou vídeo, inclusive os destinados à propaganda gratuita;*



GASTOS ELEITORAIS

(art. 35)

- ✓ *realização de pesquisas ou testes pré-eleitorais;*
- ✓ *custos com a criação e a inclusão de páginas na internet e com o impulsionamento de conteúdos contratados diretamente de provedor da aplicação de internet com sede e foro no país;*
- ✓ *multas aplicadas, até às eleições, aos candidatos e partidos políticos por infração do disposto na legislação eleitoral;*
- ✓ *doações para outros partidos políticos ou outros candidatos;*
- ✓ *produção de jingles, vinhetas e slogans para propaganda eleitoral.*



GASTOS ELEITORAIS

(art. 35, §3º)

As despesas com consultoria, assessoria e pagamento de honorários realizados em decorrência da prestação de **serviços advocatícios e de contabilidade** no curso das campanhas eleitorais serão consideradas gastos eleitorais, mas serão excluídas do limite de gastos de campanha (Lei nº 9.504/1997, art. 26, §4º).

IMPORTANTE

- ⇒ No SPCE-Cadastro 2020, os gastos com os referidos serviços devem ser registrados nas rubricas específicas: serviços advocatícios ou serviços de contabilidade. **NÃO REGISTRAR** como serviço prestado por terceiros.
- ⇒ Se pagas com recursos da campanha ou constituir dívida assumida por partido político, serão registradas na prestação de contas.



GASTOS ELEITORAIS

(art. 25, §1º)

O pagamento efetuado por pessoas físicas de honorários de serviços advocatícios e de contabilidade, relacionados à prestação de serviços em campanhas eleitorais e em favor destas, bem como em processo judicial decorrente de defesa de interesses de candidato ou partido político, não constitui doação de bens e serviços estimáveis em dinheiro (Lei nº 9.504/1997, art. 23, § 10).

Neste caso não haverá registro na prestação de contas.



GASTOS ELEITORAIS

(art. 35, §2º)

Os gastos de impulsionamento de conteúdo na internet são aqueles efetivamente prestados (comprovados com a apresentação da nota fiscal, emitida pelo fornecedor), devendo eventuais créditos contratados e não utilizados até o final da campanha serem transferidos como sobra de campanha:

I – ao Tesouro Nacional, na hipótese de pagamentos com recursos do FEFC; e

II – ao partido político, via conta Fundo Partidário ou Outros Recursos, a depender da origem dos recursos.



NÃO SÃO GASTOS ELEITORAIS

(art. 35, §6º)

- ✓ combustível e manutenção de veículo automotor usado pelo candidato na campanha;
 - ✓ remuneração, alimentação e hospedagem do condutor do veículo a que refere ao item anterior;
 - ✓ alimentação e hospedagem própria;
 - ✓ uso de linhas telefônicas registradas em seu nome como pessoa física, até o limite de três linhas.
- ⇒ Não podem ser pagas com recursos de campanha e não se sujeitam à prestação de contas.

PERÍODO PERMITIDO PARA REALIZAR GASTOS ELEITORAIS

INÍCIO

A partir da **data da realização da convenção partidária** (art. 36)

FIM

Até **o dia da eleição** (art. 33)



COMPROVAÇÃO DOS GASTOS ELEITORAIS (de natureza financeira)

Documento fiscal idôneo: nota fiscal/fatura/recibo/contrato (art. 60)

+

Documento de quitação: cópia de cheque nominal cruzado, transferência bancária que identifique o CPF ou CNPJ do beneficiário; débito em conta bancária (art. 38)

IMPORTANTE ⇒ vedado o pagamento de gastos eleitorais com moeda virtual (§2º, do art. 38).



COMPROVAÇÃO DOS GASTOS ELEITORAIS (de natureza financeira – em espécie)

Documento fiscal idôneo: nota fiscal/fatura/recibo/contrato (art. 60)

NOTA: A quitação deve observar o disposto no art. 39.



COMPROVAÇÃO DOS GASTOS ELEITORAIS

(de natureza financeira – em espécie – art. 39)

Constituir reservar em dinheiro (**Fundo de Caixa**), observando:

- a) saldo máximo de 2% dos gastos contratados, vedada a recomposição;
- b) transitem previamente pela conta bancária específica de campanha;
- c) o saque para constituição do Fundo de Caixa seja realizado mediante cartão de débito ou emissão de cheque nominativo em favor do próprio sacado.

Observação: candidato a vice não pode constituir Fundo de Caixa.

GASTOS ELEITORAIS

(TSE - CONSULTA Nº 0600304-77.2019.6.00.0000)

Consulente: Partido da Mulher Brasileira (PMB) –Nacional
Advogado: Silvio Estrela Mallet –OAB: 97241/RJ

CONSULTA. PARTIDO POLÍTICO. RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA. UTILIZAÇÃO PARA CUSTEIO DE FISCAIS PARTIDÁRIOS EM DIAS DE PLEITO. PAGAMENTO EM ESPÉCIE APÓS AS ELEIÇÕES. POSSIBILIDADE. ARTS. 26, VII, DA LEI 9.504/97 E 35, VII, 38, 39 E 40 DA RES.-TSE 23.607/2019. RESPOSTA POSITIVA AOS QUESTIONAMENTOS.

GASTOS ELEITORAIS

(TSE - CONSULTA Nº 0600304-77.2019.6.00.0000)

O Diretório Nacional do Partido da Mulher Brasileira (PMB) **questiona**: “1) Seria possível fazer a contratação e pagar a remuneração com a verba do FEFC, dos fiscais do partido, em atuação nas seções eleitorais no dia das eleições? 2) Sendo o montante destinado a cada fiscal do partido de pequena monta, apenas para ajuda de custo, é possível fazer o pagamento em espécie, após decorrido o pleito, considerando os termos do artigo 42 da Resolução TSE nº 23.553/2017, em vigor?”.



GASTOS ELEITORAIS

(TSE - CONSULTA Nº 0600304-77.2019.6.00.0000)

Resposta à questão 1

O pagamento de fiscais partidários em atuação nas seções eleitorais no dia do pleito pode ser realizado com verba do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), visto que os arts. 26, VII, da Lei 9.504/97 e 35, VII, da Res.-TSE 23.607/2019 (que sucedeu a 23.553/2017, vigente ao tempo da propositura desta consulta) consideram gastos eleitorais a "remuneração ou gratificação de qualquer espécie a pessoal que preste serviços às candidaturas ou aos comitês eleitorais".



GASTOS ELEITORAIS

(TSE - CONSULTA Nº 0600304-77.2019.6.00.0000)

Resposta à questão 2

De acordo com os arts. 38, 39 e 40 da Res.-TSE 23.607/2019, caso o valor concedido a cada fiscal da grei enquadre-se como despesa de pequena monta –ou seja, não ultrapasse o limite de meio salário mínimo, vedado o fracionamento –, admite-se que seja pago em espécie. A contrapartida pelos serviços pode ser entregue aos fiscais após o pleito, já que, por óbvio, a obrigação foi contraída antes ou, no máximo, no dia das eleições, adequando-se assim ao disposto no art. 33, §1º, da Res.-TSE 23.607/2019.



COMPROVAÇÃO DOS GASTOS ELEITORAIS

(de natureza estimável – art. 58)

As doações estimáveis devem ser avaliadas com base nos preços praticados no mercado e ser comprovadas por:

- ✓ documento fiscal ou quando dispensado, comprovante emitido em nome do doador ou instrumento de doação, quando se tratar de doação de bens de propriedade de doador pessoa física em favor de candidato ou partido político;



COMPROVAÇÃO DOS GASTOS ELEITORAIS

(de natureza estimável – art. 58)

- ✓ instrumento de cessão e comprovante de propriedade do bem cedido pelo doador, quando se tratar de bens cedidos temporariamente ao candidato ou partido político;
- ✓ instrumento de prestação de serviços, quando se tratar de produto de serviço próprio ou atividades econômicas prestadas por pessoa física em favor de candidato ou partido político.



COMPROVAÇÃO DOS GASTOS ELEITORAIS

OBSERVAÇÕES:

1 – O cancelamento de documentos fiscais deve observar o disposto na legislação tributária, sob pena de ser considerado irregular (art. 59);

2 – A Justiça Eleitoral poderá exigir a apresentação de elementos probatórios adicionais que comprovem a entrega dos produtos contratados ou a efetiva prestação dos serviços declarados (§3º, do art. 60).



COMPROVAÇÃO DOS GASTOS ELEITORAIS

(dívidas de campanha – art. 33)

As despesas de campanha contraídas devem estar integralmente quitadas até o prazo de entrega da prestação de contas à Justiça Eleitoral. Eventuais débitos podem ser assumidos pelo partido político. Neste caso, no ato da prestação de contas final, devem ser apresentados os seguintes documentos:



COMPROVAÇÃO DOS GASTOS ELEITORAIS

(dívidas de campanha – art. 33)

- I – acordo expressamente formalizado, no qual deverão constar a origem e o valor da obrigação assumida, os dados e a anuência do credor;
- II – cronograma de pagamento e quitação que não ultrapasse o prazo fixado para a prestação de contas da eleição subsequente para o mesmo cargo;
- III – indicação da fonte dos recursos que serão utilizados para a quitação do débito assumido.



COMPROVAÇÃO DOS GASTOS ELEITORAIS

(dívidas de campanha – art. 33)

- ✓ Ao assumir a dívida, o órgão partidário da respectiva circunscrição eleitoral passa a responder solidariamente com o candidato por todas as dívidas (§4º).
- ✓ As despesas já contraídas e não pagas até o prazo de entrega da prestação de contas devem ser comprovadas por documento fiscal hábil e idôneo na data da realização da despesa ou por outro meio de prova permitido (§6º).



DISPENSA DE COMPROVAÇÃO DOS GASTOS ELEITORAIS

(§4º, do art. 60)

- I. A cessão de bens móveis, limitada ao valor de R\$ 4.000,00 por pessoa cedente;
- II. Doações estimáveis em dinheiro entre candidatos ou partidos decorrentes do uso comum tanto de sedes quanto de materiais de propaganda eleitoral, cujo gasto deverá ser registrada na prestação de contas do responsável pelo pagamento da despesa.
- III. A cessão de automóvel de propriedade do candidato, do cônjuge e de seus parentes até o terceiro grau para seu uso pessoal durante a campanha.

DISPENSA DE COMPROVAÇÃO DOS GASTOS ELEITORAIS (§5º, do art. 60)

A dispensa de comprovação prevista no §4º não afasta a obrigatoriedade de serem registrados na prestação de contas os valores das operações constantes dos inciso I a III do referido parágrafo.



LIMITE DE GASTOS (art. 4º)

Será equivalente ao limite estabelecido para os respectivos cargos nas eleições de 2016, corrigido pelo IPCA. Oportunamente será divulgado pelo TSE.

SANÇÃO: Gastar recursos além dos limites estabelecidos sujeita os responsáveis ao pagamento de multa no valor equivalente a 100% (cem por cento) da quantia que exceder o limite estabelecido, a qual deverá ser recolhida no prazo de cinco dias úteis contados da intimação da decisão judicial, podendo os responsáveis responderem, ainda, por abuso do poder econômico, na forma do art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990, sem prejuízo de outras sanções cabíveis (Lei nº 9.504/1997, art. 18-B).

OUTROS LIMITES

✓ **Gastos com combustível de veículos em eventos de carreata** (art. 35, §11, inciso I)

⇒ 10 (dez) litros por veículo, desde que feita, na prestação de contas, a indicação da quantidade de carros e de combustíveis utilizados por evento.



OUTROS LIMITES

- ✓ **Contratação direta ou terceirizada de pessoal para prestação de serviços referentes a atividade de militância e mobilização de rua nas campanhas eleitorais (art. 41)**

⇒ Cada município terá um limite de pessoas que o candidato poderá contratar para atividades de militância e mobilização de rua, sendo que o número de contratações será definido em resolução específica do TSE.



OUTROS LIMITES

✓ **Aluguel de veículos automotores** (art. 42, inciso II)

⇒ 20% (vinte por cento) em relação ao total dos gastos de campanha contratados (Lei nº 9.504/1997, art. 26, §1º).



OUTROS LIMITES

✓ **Alimentação do pessoal que presta serviços às candidaturas ou aos comitês de campanha contratados (art. 42, inciso I)**

⇒ 10% (dez por cento) em relação ao total dos gastos de campanha contratados (Lei nº 9.504/1997, art. 26, §1º).



OUTROS LIMITES

✓ Cota de gênero com recursos do Fundo Partidário (art. 19, §3º)

⇒ os partidos políticos, em cada esfera, devem destinar ao financiamento de campanha de suas candidatas no mínimo de **30% dos gastos contratados nas campanhas eleitorais** com recursos do Fundo Partidário. Caso haja percentual mais elevado de **candidaturas femininas**, o mínimo de recursos destinados ao financiamento de campanhas de candidatas deve ser na mesma proporção.

SOBRAS FINANCEIRAS

- ✓ Os recursos dos FEFC, não utilizados na campanha devem ser recolhidos ao Tesouro Nacional, através de GRU (§3º, do art. 17 e §5º, do art. 50);
- ✓ Os recursos do Fundo Partidário, não utilizados pelos candidatos, deve ser transferido para o respectivo partido político, na conta bancária destinada a movimentar recursos do gênero (§3º, do art. 50);
- ✓ Os recursos da conta de Outros Recursos da campanha, devem ser transferidos para o respectivo partido político, na conta bancária destinada a movimentar recursos do gênero (§4º, do art. 50).

SOBRAS BENS PERMANENTES

- ✓ Se adquiridos com recursos do FEFC, devem ser alienados ao final da campanha, pelo valor de mercado, revertendo os valores obtidos com a venda para o Tesouro Nacional, por meio de GRU (§§6º e 7º, do art. 50).
- ✓ Se adquiridos com recursos do Fundo Partidário ou Outros Recursos, os bens deverão ser transferidos ao respectivo partido político (§1º, do art. 50).

GASTOS IRREGULARES COM RECURSOS PÚBLICOS

§§1º e 2º, do art. 79

- ✓ **Devolução dos valores irregulares** ao Tesouro Nacional, através de GRU, no prazo de 5 dias após o trânsito em julgado, sob pena, de remessa dos autos à representação estadual ou municipal da AGU, para fins de cobrança.
- ✓ **Incidirão juros e atualização monetária**, calculados com base na taxa aplicável aos créditos da Fazenda Pública, sobre os valores a serem recolhidos ao Tesouro Nacional, desde a data da ocorrência do fato gerador até o efetivo recolhimento, salvo se tiver sido determinado de forma diversa na decisão judicial.



Segunda Parte

PRESTAÇÃO DE CONTAS



PRESTAÇÃO DE CONTAS Da Obrigação de Prestar Contas

✓ Devem prestar contas à Justiça Eleitoral:

- I - o candidato;
- II - os órgãos partidários, ainda que constituídos sob forma provisória e mesmo que não arrecadem e gastem recursos na campanha :
 - a) - nacionais;
 - b) - estaduais;
 - c) - distritais; e
 - d) - municipais.

O candidato elaborará a prestação de contas, que será encaminhada à autoridade judicial competente para o julgamento das contas, diretamente por ele, no prazo de 30 dias, após a eleição de 1º turno (03/11/2020) e, nos casos de candidatos concorrendo no 2º turno, 20 dias após a eleição (14/11/2020), abrangendo, se for o caso, o vice e todos aqueles que o tenham substituído, em conformidade com os respectivos períodos de composição da chapas.



PRESTAÇÃO DE CONTAS

Da Obrigação de Prestar Contas

- ❑ O candidato que renunciar à candidatura, dela desistir, for substituído ou tiver o registro indeferido pela Justiça Eleitoral deve prestar contas em relação ao período em que participou do processo eleitoral, mesmo que não tenha realizado campanha.
- ❑ A ausência de movimentação de recursos de campanha, financeiros ou estimáveis, não isenta o partido político e o candidato do dever de prestar contas.
- ❑ Os órgãos partidários, em todas as suas esferas, devem prestar contas dos recursos arrecadados e aplicados exclusivamente em campanha, ou da sua ausência.
- ❑ Para os efeitos do disposto acima, consideram-se obrigados a prestar contas de campanha os órgãos partidários que, após a data prevista no Calendário Eleitoral para o início das convenções partidárias e até a data da eleição de segundo turno, se houver: I - estiverem vigentes; II - que recuperarem a vigência ou tiverem revertida a suspensão da anotação partidária durante o período eleitoral, III - tendo havido a perda da vigência ou a suspensão da anotação partidária durante o período eleitoral, †



PRESTAÇÃO DE CONTAS Dos Profissionais

- A arrecadação de recursos e a realização de gastos eleitorais devem ser acompanhadas por profissional habilitado em contabilidade desde o início da campanha, o qual realizará os registros contábeis pertinentes e auxiliará o candidato e o partido na elaboração da prestação de contas, observando as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e as regras estabelecidas na Legislação Eleitoral.
- É obrigatória a constituição de advogado para a prestação de contas junto à Justiça Eleitoral, sob pena de ser julgada não prestada.



PRESTAÇÃO DE CONTAS Dos Meios e Sistemas

- A prestação de contas deve ser encaminhada por intermédio do Sistema de Prestação de Contas de Campanha Eleitoral (SPCE), que fará automaticamente a autuação e a integração no Processo Judicial Eletrônico (PJE).
- A prestação de contas parcial de campanha deve ser encaminhada por meio do SPCE, pela internet, entre os dias 9 a 13 de setembro do ano eleitoral, dela constando o registro da movimentação financeira e/ou estimável em dinheiro ocorrida desde o início da campanha até o dia 8 de setembro. No dia 15 de setembro, o TSE a divulgará, na sua página na internet.
- As prestações de contas parciais encaminhadas à Justiça Eleitoral serão autuadas automaticamente no Processo Judicial Eletrônico (PJe) quando do envio pelo SPCE e, uma vez recebido pelo prestador de contas, no SPCE, o número do processo judicial eletrônico autuado, o prestador de contas deve providenciar de imediato a juntada do instrumento de procuração do advogado, diretamente no PJE.
- As prestações de contas finais referentes ao primeiro turno de todos os candidatos e de partidos políticos em todas as esferas devem ser prestadas, via SPCE, com entrega da mídia eletrônica à Justiça Eleitoral, até o 30º dia posterior à realização das eleições de primeiro turno (03/11/2020) e até o 20º dia posterior à realização das eleições de segundo turno (14/11/2020).



PRESTAÇÃO DE CONTAS

Forma de Entrega e Apresentação

- Todos os documentos utilizados durante o financiamento da campanha, tais como, documentos fiscais, recibos, contratos, comprovantes de depósitos e transferências, extratos bancários, cópias de cheques, instrumento de mandado (procuração), recibos eleitorais, etc, devem ser digitalizados e inseridos no SPCE, bem como apresentados exclusivamente em mídia eletrônica, também gerada pelo SPCE, observando os seguintes parâmetros, sob pena de reapresentação:

I - formato PDF com reconhecimento ótico de caracteres (OCR), que torna os dados pesquisáveis;
II - arquivos com tamanho não superior a 10 megabytes, organizados em pastas nominadas de forma a identificar os documentos.

- O recibo de entrega da prestação de contas somente será emitido após o recebimento da mídia eletrônica com os respectivos documentos.
- Na hipótese de entrega de mídias geradas com erro, o sistema emitirá aviso com a informação de impossibilidade técnica de sua recepção. Nesta hipótese, é necessária a sua reapresentação, sob pena de as contas serem julgadas não prestadas.



PRESTAÇÃO DE CONTAS

Contas Finais Não Prestadas

O candidato com prestação de contas parcial já autuada será intimado pelo mural eletrônico, até a diplomação dos eleitos e, após, pelo Diário da Justiça Eleitoral Eletrônico, para, no prazo de 3 (três) dias, prestar as contas finais; o omissor será citado também para prestar as contas no prazo de 3 (três) dias.

Permanecendo a omissão, as contas serão julgadas como não prestadas (Lei nº9.504/1997, art. 30, IV).

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Processamento Eletrônico - PJe

- Os documentos digitalizados e entregues exclusivamente em mídia eletrônica serão incluídos automaticamente no Processo Judicial Eletrônico (PJe), após o que os autos digitais serão encaminhados à unidade ou ao responsável por sua análise técnica, para que seja desde logo iniciada.
- **LEMBRETE:** a entrega da prestação de contas se faz em 2 etapas. 1) envio da prestação de contas pela internet, e 2, entrega da mídia eletrônica à JE. Se não cumprir a segunda etapa, considera-se não prestada.



PRESTAÇÃO DE CONTAS

Parecer e Julgamento

❑ Apresentado o parecer do órgão técnico ou da zona eleitoral e, posteriormente, do Ministério Público, a Justiça Eleitoral verificará a regularidade das contas, decidindo:

I - pela aprovação, quando estiverem regulares;

II - pela aprovação com ressalvas, quando verificadas falhas que não lhes comprometam a regularidade;

III - pela desaprovação, quando constatadas falhas que comprometam sua regularidade;
e

IV - pela não prestação, quando:

- a) - *depois de citados, o candidato ou o órgão partidário e os responsáveis permanecerem omissos ou as suas justificativas não forem aceitas;*
- b) - *não forem apresentados os documentos e as informações de que trata o art. 53 da Resolução;*
- c) - *o responsável deixar de atender às diligências determinadas para suprir a ausência que impeça a análise da movimentação declarada na prestação de contas.*



PRESTAÇÃO DE CONTAS

Sanções

- ❖ O partido que descumprir as normas referentes à arrecadação e à aplicação de recursos perderá o direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário do ano seguinte, de forma proporcional e razoável, pelo período de 1 (um) a 12 (doze) meses, sem prejuízo de responderem os candidatos beneficiados por abuso do poder econômico.
- ❖ A decisão que julgar as contas eleitorais como não prestadas acarreta:
 - I - ao candidato: o impedimento de obter a certidão de quitação eleitoral até o fim da legislatura, persistindo os efeitos da restrição após esse período até a efetiva apresentação das contas;*
 - II - ao partido político: a perda do direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário, do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, e a suspensão do registro ou anotação do órgão partidário, após decisão, com trânsito em julgado, precedida de processo regular que assegure ampla defesa (STF ADI nº6032, j. em 05.12.2019)*



PRESTAÇÃO DE CONTAS

Sanções

- o A ausência do instrumento de mandato para constituição de advogado na prestação de contas, é causa para o julgamento de contas não prestadas.
- o Inobservância do prazo para encaminhamento das prestações de contas impede a diplomação dos eleitos enquanto perdurar a omissão;
- o Será feito o registro no cadastro eleitoral quanto à apresentação das contas, sua extemporaneidade ou inadimplência;
- o Comprovados captação ou gastos ilícitos de recursos, para fins eleitorais, será negado diploma ao candidato, ou cassado, se já houver sido outorgado (Lei nº 9.504/1997, art. 30-A, § 20), em processo específico;
- o Na hipótese de infração às normas legais, a responsabilidade civil e a criminal são subjetivas e recaem somente sobre os dirigentes partidários responsáveis pelo partido à época dos fatos, e devem ser apurados em processos específicos a serem instaurados nos foros competentes.
- o Outras...



MUITO OBRIGADO!

DOMINGOS RODRIGUES ZATI

- E-mail: sacoe@tre-mg.jus.br

JÚLIO CÉSAR DINIZ ROCHA

- E-mail: cep@tre-mg.jus.br

